

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

“Casa de oportunidades” e dissidências de gênero: reflexões a partir de uma unidade socioeducativa privativa de liberdade na capital paulista

Isadora Pelai, Joana Duarte

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17840>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“CASA DE OPORTUNIDADES” E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA PRIVATIVA DE LIBERDADE NA CAPITAL PAULISTA.

Isadora Campanha Pelai

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3006-8042>

<isadora.pelai@unifesp.br>

Universidade Federal de São Paulo. Santos, SP, Brasil

Joana das Flores Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7175-756X>

<jf.duarte@unifesp.br>

Universidade Federal de São Paulo. Santos, SP, Brasil

RESUMO: Entre 2022 e 2025 foi realizada uma pesquisa na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga, localizada na capital paulista, responsável por atender adolescentes do sexo/gênero feminino. Entretanto, rompendo com a lógica binária e semântica de gênero, a Unidade configura-se enquanto um espaço que acolhe corpos dissidentes, sobretudo meninos e meninas trans, em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade. A pesquisa se propôs a investigar as desigualdades de gênero reproduzidas no espaço socioeducativo, bem como os desafios institucionais enfrentados por adolescentes trans e por profissionais do atendimento socioeducativo da Unidade. A abordagem norteadora da pesquisa foi qualitativa e dividiu-se em pesquisa documental, pesquisa de campo e análise dos resultados. Na pesquisa de campo, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com adolescentes cis e trans em privação de liberdade e 4 profissionais. Em um universo de questões, destaca-se a inserção precoce no trabalho infantil; questões de saúde mental; famílias chefiadas por mulheres negras com pouco acesso aos direitos básicos. Além das fragilidades do trabalho profissional, principalmente pela ausência de formações e preparo para atender adolescentes que destoam do padrão cis heteronormativo. Observou-se o caráter contraditório da Unidade em duas dimensões: a Unidade é vista pelos adolescentes como a “CASA de oportunidades”, sendo o único local que acessam os direitos básicos, ainda que estejam com a liberdade privada e; ao mesmo tempo que a Unidade pune as dissidências, respalda a existência desses corpos dentro do espaço socioeducativo.

Palavras-chave: socioeducação, gênero, privação de liberdade, dissidências, adolescentes

“HOUSE OF OPPORTUNITIES” AND GENDER DISSIDENCE: REFLECTIONS BASED ON A SOCIO-EDUCATIONAL DETENTION CENTRE IN SÃO PAULO.

ABSTRACT: Between 2022 and 2025, a study was carried out at the CASA Chiquinha Gonzaga Foundation, located in the capital of São Paulo, which provides support for female adolescents. However, breaking away from binary and semantic notions of gender, the Centre functions as a space that welcomes non-binary individuals, particularly trans boys and girls, who are serving custodial socio-educational measures. The research set out to investigate the gender inequalities reproduced within the socio-educational setting, as well as the institutional challenges faced by trans adolescents and by socio-educational care professionals at the centre. The research adopted a qualitative approach and

was divided into documentary research, field research and analysis of the results. During the field research, 20 semi-structured interviews were conducted with cis and trans adolescents in detention and with four professionals. Among a wide range of issues, the following stand out: early entry into child labour; mental health issues; and households headed by Black women with limited access to basic rights. In addition, there are shortcomings in professional practice, chiefly due to a lack of training and preparation to support adolescents who deviate from the cis-heteronormative standard. The contradictory nature of the Unit was observed in two respects: the Unit is seen by the adolescents as the 'HOME of opportunities', being the only place where they can access basic rights, even whilst their personal freedom is restricted; and, at the same time, whilst the Unit punishes dissent, it supports the presence of these young people within the socio-educational space.

Keywords: socio-education, gender, deprivation of liberty, dissenting views, adolescents

INTRODUÇÃO

O campo dos direitos de adolescentes, assim como qualquer outro direito humano, é permeado por disputas e contradições. A própria categoria adolescente e a validação desses enquanto sujeitos de direito só surge após movimentos sociais, como Meninos de Rua, e lutas pela redemocratização.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), no Artigo nº 227, que crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, sob responsabilidade da família, Estado e sociedade. Após esse marco democrático e humanitário, em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), responsável pela Doutrina da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

Dentre diversas esferas que perpassam a trajetória de adolescentes, o ECA (1990) é responsável por substituir o Código de Menores (1927; 1979) e atribuir seis medidas socioeducativas, no horizonte da imputabilidade penal e responsabilização de adolescentes responsáveis e/ou acusados por ato infracional. Além das seis medidas socioeducativas previstas no Artigo nº 112 (ECA, 1990), sendo elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; semiliberdade; internação, há a possibilidade da aplicação de medidas de proteção previstas no Artigo nº 101 (ECA, 1990). As medidas socioeducativas devem ser aplicadas considerando a capacidade e particularidade do adolescente em cumpri-la.

Dentre as medidas socioeducativas, a mais rígida é a internação, que consiste na medida privativa de liberdade em estabelecimento educacional. A internação deve ser aplicada somente em casos de reiteração ou descumprimento de medida anterior e/ou atos infracionais de grave ameaça ou violência a pessoa, sendo constituída pelos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de desenvolvimento. (ECA, 1990).

Apesar disso, os dados nacionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2026) e o Levantamento Anual do SINASE - 2025 (Brasil, 2026) apresentam um alto índice de privação de liberdade. Nas publicações mais recentes (FBSP, 2026; Brasil, 2026), 8.124 adolescentes estão em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, sendo aproximadamente 48% no Estado de São Paulo.

Desses adolescentes, 73% são negros (pretos ou pardos) e 93% são meninos cis. Em relação a identidade de gênero, observa-se que é predominantemente composta por meninos cis, ainda que tenha 4% de meninas cis em privação de liberdade e menos de 1% de adolescentes trans. No que diz respeito ao ato infracional, 29.1% dos adolescentes estão em privação de liberdade por roubo e 27.9% por tráfico de drogas.

Esse cenário norteou uma pesquisa realizada entre 2022 e 2025 na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga/SP, localizada na capital de São Paulo, responsável por atender o público adolescente feminino. A pesquisa ocorreu com o objetivo de investigar as desigualdades de gênero reproduzidas no espaço socioeducativo, bem como os desafios institucionais enfrentados por adolescentes trans e por profissionais do atendimento socioeducativo da Unidade. A Unidade é uma das cinco responsáveis por atender adolescentes de gênero feminino no Estado de São Paulo e há uma particularidade: é a única que acolhe corpos dissidentes de gênero, sendo meninos e meninas trans.

Nesse sentido, *Caminhos metodológicos* apresenta as etapas e técnicas metodológicas utilizadas na pesquisa; e *Os principais achados do campo* discorre sobre as categorias analisadas ao longo da pesquisa, com trechos das entrevistas, em três momentos: I) *A “CASA de oportunidades” e acesso à educação*; II) *Dissidências de gênero: direitos garantidos ou violados?* e; III) *Sexualidades: do portão para fora*. Para finalizar, *Considerações finais* aponta sugestões para o atendimento socioeducativo alinhado à diversidade sexual.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa partiu da abordagem qualitativa, entendendo que esta é uma possibilidade de aprofundar a realidade daquilo que não pode ser quantificado, não excluindo a possibilidade de possíveis dados quantificáveis, já que não se opõem, mas se complementam (Minayo, 1994, p. 20). Foram realizadas três etapas, sendo elas: pesquisa documental, pesquisa de campo e análise dos resultados das entrevistas, em comparação às produções já existentes e legislações norteadoras.

No que diz respeito à pesquisa documental, foi realizado um resgate histórico, a partir da análise dos fundamentos filosóficos e jurídicos do direito juvenil na perspectiva de gênero, seguido de um levantamento bibliográfico com descritores e filtros previamente estabelecidos, em que abarcasse a perspectiva de gênero, socioeducação, internação e lei de drogas. Foram encontrados 89 trabalhos, entretanto, somente 33 dialogavam com a discussão.

Na pesquisa de campo, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com adolescentes cis e trans em privação de liberdade e 4 profissionais mulheres cisgênero, que trabalham na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga/SP. Abaixo, na Tabela 1 é apresentado o perfil de adolescentes entrevistados e na Tabela 2, o perfil das profissionais.

Tabela 01 - Perfil dos adolescentes entrevistados.

Nome	Idade	Raça/Cor	Escolaridade	Gênero	Orientação sexual	Ato infracional	Tempo de medida	Filhos
<i>Agata</i>	16	Preta	2º ano E.M	Mulher cis	Héteroossexual	Tentativa de homicídio	1 ano e 11 meses	0
<i>Vanessa</i>	16	Preta	8º ano	Mulher cis	Héteroossexual	Furto e Descumprimento de medida	11 meses	0
<i>Luana</i>	17	Parda	1º ano E.M	Mulher cis	Héteroossexual	Sequestro	1 ano e 1 mês	0
<i>Girassol</i>	14	Parda	9º ano	Mulher cis	Não soube informar	Homicídio	2 anos	0
<i>Gustavo</i>	15	Preto	1º ano E.M	Homem trans	Héteroossexual	Roubo	7 meses	0
<i>Jade</i>	16	Branca	2º ano E.M	Mulher cis	Bissexual	Sequestro	6 meses	0
<i>Isabel</i>	20	Branca	E.M. completo	Mulher cis	Héteroossexual	Homicídio	2 ano e 6 meses	0
<i>Morena</i>	20	Parda	3º ano E.M.	Mulher cis	Bissexual	Homicídio (cúmplice)	7 meses	0
<i>Hanna</i>	19	Parda	2º ano E.M.	Mulher cis	Bissexual	Homicídio	1 ano e 6 meses	0
<i>Vitória</i>	19	Parda	E.M. completo	Mulher cis	Héteroossexual	Latrocínio	8 meses	1
<i>Mariana</i>	14	Branca	9º ano	Mulher trans	Héteroossexual	Agressão e Quebra de patrimônio	6 meses	0
<i>Melante</i>	18	Preta	9º ano	Mulher trans	Héteroossexual	Roubo e Descumprimento de medida	1 mês (5ª passagem)	0
<i>Larissa</i>	17	Parda	1º ano E.M.	Mulher cis	Bissexual	Roubo	11 meses	0
<i>Maya</i>	17	Parda	3º ano E.M.	Mulher cis	Não soube informar	Tentativa de homicídio	1 ano e 3 meses	0
<i>Lewy</i>	19	Branco	1º ano E.M.	Homem trans	Héteroossexual	Tráfico de drogas	1 ano e 4 meses	0
<i>Dalia</i>	15	Branca	9º ano	Mulher cis	Héteroossexual	Lesão corporal	11 meses	0
<i>Emanuelle</i>	17	Parda	1º ano E.M.	Mulher cis	Héteroossexual	Latrocínio	1 ano e 10 meses	0
<i>Alessandra</i>	15	Branca	9º ano	Mulher cis	Héteroossexual	Tráfico de drogas	8 meses	0
<i>Olivia</i>	16	Parda	6º ano	Mulher trans	Bissexual	Homicídio	4 meses	0
<i>Sophia</i>	14	Preta	9º ano	Mulher trans	Héteroossexual	Roubo	7 meses	0

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Tabela 02 - Perfil das profissionais entrevistadas.

Profissional	Idade	Raça/Cor	Gênero	Tempo de Fundação CASA	Tempo na CASA Chiquinha Gonzaga
<i>Profissional 01</i>	63	Branca	Mulher cis	29 anos	22 anos
<i>Profissional 02</i>	61	Branca	Mulher cis	19 anos	18 anos
<i>Profissional 03</i>	48	Branca	Mulher cis	25 anos	14 anos
<i>Profissional 04</i>	50	Branca	Mulher cis	30 anos	13 anos

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Todas as entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido e aprovado nas instâncias necessárias (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade¹, Unidade Corporativa da Fundação CASA e Varas Judiciais). Após essa etapa, foi realizada uma comparação entre os documentos analisados e os achados de campo, buscando encontrar semelhanças ou mudanças nas produções já existentes e a realidade da Unidade Socioeducativa da capital paulista.

Das 20 entrevistas realizadas, 14 (catorze) eram mulheres cisgênero, 2 (dois) homens trans e 4 (quatro) mulheres trans. Em relação à orientação sexual, observou-se que os adolescentes tinham dificuldade em compreender do que se trata, mas ainda assim, 11 (onze) se declararam heterossexuais, 6 (seis) bissexuais e 2 (duas) declararam estar em processo de descoberta, nas palavras delas, ficando “*entendidas*”, termo esse utilizado antigamente para deixar nas entrelinhas a orientação sexual daqueles que destoam do padrão heteronormativo.

No quesito raça/cor, semelhante a orientação sexual, houve dificuldades para a autodeclaração, mas ao final, 9 (nove) se autodeclararam pardos, 6 (seis) brancos e 5 (cinco) pretos. Isso nos confirma o dado nacional em que a maioria dos adolescentes em privação de liberdade são negros (pretos ou pardos).

Em relação a idade dos adolescentes, as entrevistas contemplaram uma ampla faixa etária, dos 14 aos 20 anos, sendo, na época, 4 (quatro) com 16 anos; 4 (quatro) com 17 anos; 3 (três) com 15 anos; 3 (três) com 14 anos; 3 (três) jovens com 19 anos; 2 (duas) com 20 anos e 1 (uma) com 18 anos.

No que diz respeito ao ato infracional, 7 (sete) estavam em privação de liberdade por homicídio, sendo 2 (duas) tentativas; 4 (quatro) adolescentes em privação por roubo; 2 (dois) por tráfico de drogas; 2 (dois) por sequestro; 2 (dois) por latrocínio; 1 (um) por lesão corporal; 1 (um)

¹Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) nº 7501324.1.0000.5505.

por agressão e quebra de patrimônio e 1 (um) por furto. Além disso, 2 (duas) adolescentes relataram que o ato infracional se agravou por descumprimento de medida anterior. Já nesse quesito, observa-se que na época da pesquisa, no pequeno grupo entrevistado, a maioria estava por homicídio ou tentativa.

Referente à escolaridade dos entrevistados, 2 (duas) jovens já haviam concluído o ensino médio; 2 (duas) estavam cursando o 3º ano do ensino médio; 3 (três) cursavam o 2º ano do ensino médio; 5 (cinco) o 1º ano do ensino médio; 6 (seis) o 9º ano do ensino fundamental, 1 (uma) o 8º ano e 1 (uma) o 6º ano do ensino fundamental. Neste fator, observa-se um fenômeno já apontado por Fachinetto (2008), em que as meninas relataram a falta de estímulo, dificuldades de aprendizagem e relações difíceis. Olívia conta que ficou longe da escola por 5 anos por preconceito, como é apresentado no trecho a seguir:

Eu abandonei por conta do bullying porque assim, eu sofria muito bullying, cheguei a sofrer bullying de dois professores em duas escolas diferentes. Saí da escola e depois veio a pandemia, aí depois que a pandemia foi embora eu desanimei pra ir porque eu tinha esse receio de ir e acontecer tudo de novo. (...) A pauta era eu ser uma mulher trans, mas eu não tinha essa feminilidade toda, eu era mais masculinazinha, usava roupas de meninos, cabelo era mais curto. (Olívia)

Nesse contexto, é interessante notar como “essas diferenças de gênero vão sendo construídas inclusive em espaços como a escola, que muitas vezes acaba reproduzindo a desigualdade de gênero que já existe na sociedade - na qual a mulher ocupa posição subalterna.” (Fachinetto, 2008, p. 94). Para além da desigualdade de gênero, a experiência traz a transfobia cotidiana no ambiente escolar.

Em relação ao tempo de cumprimento de medida socioeducativa desses adolescentes, 8 (oito) relataram privação de liberdade há mais de um ano e os outros adolescentes, ainda que estivessem próximos de completar um ano, não possuíam perspectivas de liberdade. Isso nos convoca a refletir que os princípios de brevidade e excepcionalidade não estão sendo cumpridos, já que a aplicação da internação está sendo por um longo período.

Já no universo profissional, todas entrevistadas eram mulheres cis brancas, com no mínimo, 19 anos de trabalho socioeducativo e, no mínimo, 13 anos de Unidade Chiquinha Gonzaga. Em respeito a ética da pesquisa e preservação das profissionais, optou-se por não distinguir quais os cargos exercidos por cada uma delas.

Na mesma lógica da ética e preservação da identidade, todos os adolescentes possuem nomes fictícios e nenhum trecho utilizado possibilita identificar o autor da fala. Isso assegura a confidencialidade dos participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

OS PRINCIPAIS ACHADOS DO CAMPO

As entrevistas abarcaram um universo de questões na vida dos adolescentes e fragilidades profissionais, dentre elas a inserção precoce no trabalho doméstico e no trabalho infantil, por volta dos 9 aos 12 anos; histórico com o tráfico de drogas, ainda que não tenha sido privado de liberdade por esse ato; necessidades de usar substâncias psicoativas que os levaram a praticar furto ou roubo; composições familiares com pouco acesso aos direitos básicos; majoritariamente, famílias chefiadas por mulheres negras; dificuldade dos profissionais em atender adolescentes dissidentes; mudança no perfil de adolescentes nos últimos anos, com destaque para saúde mental; além de percepções distintas do que é o trabalho multiprofissional; dentre outras coisas. As questões citadas apareceram em diversas entrevistas, entretanto, os entraves em atender adolescentes trans se fez presente, majoritariamente, em todas as entrevistas, tanto com adolescentes quanto com profissionais.

I) A “CASA de oportunidades” e acesso à educação

Um destaque deve ser feito que a Fundação CASA Chiquinha Gonzaga não abre alas somente para os corpos dissidentes de gênero, mas também abre portas e caminhos para adolescentes cis e/ou hétero que estiveram em privação de liberdade. Dando nome ao título deste trabalho, a Fundação CASA Chiquinha Gonzaga é vista por muitos enquanto a “CASA de oportunidades”, sobretudo pelo acesso a educação, como expresso nos trechos a seguir:

Eu falo que a Chiquinha, tem aquele ditado “há males que vem para o bem”, e é a Chiquinha Gonzaga porque se eu tivesse no mundão não teria terminado os estudos, não teria feito muita coisa que eu fiz aqui dentro, então, eu acho que a Chiquinha Gonzaga foi um meio de abrir mais a minha mente porque eu terminei meus estudos, consegui fazer diversos cursos, fiz coisas que eu sabia que se eu tivesse lá no mundão, eu sabia que não iria fazer. (Vitória)

É bom pro currículo assim, sabe, só que tem hora que fica chato, fica muito chato, mas é bom porque tem várias meninas que antes daqui não tinham nada, nenhum profissionalizante, eu também não tinha nenhum profissionalizante, eu fui começar a ter acesso a curso aqui dentro. (...) Eu teria acesso, mas eu não iria atrás. (Hanna)

Não, nunca imaginei, nunca imaginei que eu ia fazer curso assim, lá fora eu pensava em cortar cabelo mas acho que eu desisti. (Gustavo)

Nossa, tenho muitos cursos profissionalizantes. (...) Bom, aqui eles trazem muitos cursos pra gente, eles propõe bastante coisa pra gente, pra poder aliviar nossos dias e passar mais rápido porque assim, quando a gente tá de férias, a gente não faz nada, o dia parece que não sai do lugar e aí demora mais pra gente. (...) Se eu tivesse lá fora, eu já tinha parado de ir pra escola e tudo mais, eu não tava nem aí e tal, mas agora, se eu saísse daqui, eu vejo aqui sim como uma oportunidade (...) Muitas oportunidades aqui, muitas meninas saem e continuam seguindo o que elas determinaram aqui como objetivo, outras saem e já daqui de dentro colocam na cabeça “não, não vou seguir isso”, muitas fazem por fazer e poder ir embora logo, outras veem como objetivo de seguir lá fora. (Isabel)

A lógica de que a medida privativa de liberdade vem para o bem do adolescente, como a única possibilidade de acessar os direitos básicos já previstos na Constituição Federal (1988) e no ECA (1990), demarca a contradição da medida socioeducativa e do próprio sistema capitalista.

Acessar cursos profissionalizantes e construir perspectivas de futuridade através de uma profissão deveriam estar presentes na vida de todos os sujeitos que vivem em sociedade. Entretanto, em uma lógica de capitalismo monopolista, há uma intencionalidade no acesso e no não acesso dos direitos humanos fundamentais, buscando manter estratégias políticas e controlar as expressões da questão social (Netto, 2006). Assim, no momento de privação de liberdade, para amenizar os direitos negados, busca-se inserir os adolescentes em espaços nunca antes acessados, ou quando acessados, em péssimas condições.

Junto à ideia de “CASA de oportunidades”, há a falsa ideia de uma possível evolução do adolescente somente em um espaço privativo de liberdade. Barbosa (2018) aponta que esse mecanismo se manifesta a partir do controle estatal e o adestramento dos adolescentes. Nos trechos abaixo, *Agata* acredita que é um espaço de recomeços e evolução, assim como *Jade*, que defende também ser um espaço privativo, mas com possibilidade de vislumbrar um futuro fora dos muros.

É questão de a gente também procurar evoluir aqui, acredito que aqui é também pra isso, pra gente recomeçar... (...) Aqui é uma casa de oportunidades, a gente tem muito a aprender e tem mesmo. As oportunidades que eu tive aqui, eu nunca tive lá fora... (...) Eu poderia estar envolvida com drogas, podia tá roubando, me prostituindo, porque periférica, negra, sofre bullying, racismo, um monte de coisas, não tem condições, não tem uma média, é pobre, né? Então, é isso que nos espera que aconteça, mas não, aqui eu vejo que não é porque eu não tenho dinheiro, não é porque eu sou preta que eu não posso fazer uma faculdade. (...) Eu aprendi muito, pra ser sincera, os professores assim, na escola, eu acho que o momento mais feliz que eu tenho aqui no dia a dia é cantar e ir na escola porque os professores são maravilhosos, eu me sinto numa escola particular, porque eles ensinam muito e eu aprendo muito, e assim, são muito bons, conversam, eles tratam a gente com respeito. (Agata)

A medida acho que é muito isso, é troca de sentimentos, a gente tá num lugar ruim, privada, mas não significa que a gente tá totalmente preso, a gente tá com a mente lá fora, de quando você voltar com o que você vai querer trabalhar, o curso que você vai querer fazer. (...) Porque eu acho que independente do que eu fiz ou deixei de fazer, eu sou o que eu sou, entendem? (...) Eu to no lugar onde pessoas estão a favor disso, estão querendo me apoiar, então, por que não aproveitar, entende? (Jade)

Eu fico pensando nos lados bons que eu to tirando daqui porque se eu fico pensando no amanhã, eu fico ansiosa, não consigo dormir, aí vai piorar minha saúde, e também se eu ficar pensando no passado não vai adiantar nada, então, eu fico focada no presente, nas coisas boas que vou tirar daqui, os cursos, vou terminar a escola... porque eu acho que se eu tivesse lá fora, eu não ia estar fazendo isso. (...) A assistente social também me ajuda bastante, ela que liga pra trazer minha família, pra vim me ver, porque eles não tem condições de vim ver, aí depende da mulher do CREAS e a assistente social daqui liga pra ela para marcar o dia da visita pra vim ver. (Morena)

As falas de *Morena, Agata, Hanna, Vitoria e Isabel* explicitam que se estivessem em liberdade, possivelmente não estariam fazendo cursos profissionalizantes e até mesmo frequentando o ensino regular. Isso nos aponta as fragilidades do sistema educacional brasileiro em garantir a permanência dos adolescentes nos ambientes escolares, já que o que atrai, na maioria das vezes, é a perspectiva de profissionalização e ingresso no mercado de trabalho, como nos apontam as autoras Fachinetto (2008) e Zaluar (2004).

Nesse contexto, no que se refere à oferta de cursos, educação e cultura, os adolescentes em privação de liberdade na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga têm acessado, respondendo aos dispositivos legais que norteiam a Doutrina de Proteção Integral.

II) Dissidências de gênero: direitos garantidos ou violados?

Ainda que haja esse destaque positivo na Unidade, no que diz respeito ao binarismo de gênero e as limitações em acolher corpos dissidentes, há ressalvas a se pontuar. A Fundação CASA Chiquinha Gonzaga rompe, em partes, com a lógica binária e genitalista ao atender adolescentes trans em privação de liberdade.

Entretanto, a partir dos cursos profissionalizantes, atividades de lazer e o próprio discurso, há uma reprodução do binarismo de gênero e do estereótipo de espaço feminino e espaço masculino. Isso se expressa desde o trabalho profissional, quando a Profissional 04 compara com uma Fundação CASA *masculina*:

Todos nós que trabalhamos na fundação tem esse mito de que trabalhar com menina é ruim. (...) Eu adoro meu trabalho, é muito diferente dos meninos, os meninos você fala e assim “sim, não, tá bom”, quase não verbal, aqui não, aqui você tem que gastar, tem que falar. (...) As meninas mais novas são mais maldosas no sentido de articular, aqui não, elas são mais amorosas, mas eu adoro! (Profissional 04)

No que diz respeito às dissidências de gênero, partindo da apreensão que existem “expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estão fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações” (Bento, 2012, p. 20), todos aqueles corpos que destoam das idealizações são englobados nessa categoria. A Fundação CASA Chiquinha Gonzaga, como já mencionado, atende adolescentes trans de ambos os gêneros, representando, de certa forma, um respeito à identidade sexual desses adolescentes e acolhendo a diversidade de gênero.

Porém, ainda que esses adolescentes sejam atendidos nesse espaço socioeducativo, alguns profissionais reproduzem a transfobia e reforçam a construção social de gênero, determinando os

caminhos discursivos e compreendendo as categorias sexo e gênero enquanto inerentes, o que resulta na exclusão de corpos dissidentes, análise já feita por Butler (2023):

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza, ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior a cultura. (Butler, 2023, p. 27)

A *Profissional 02* ao ser questionada sobre o atendimento a adolescentes trans na unidade socioeducativa, utiliza o discurso de proteção às meninas para questionar a transexualidade, como expresso na fala a seguir:

Eu acredito assim, tem direitos? Não vou questionar esse lado, questão de gênero não vou questionar, mas e sexo feminino mesmo não tem direitos? Tem que ser protegida também. (Profissional 02)

Garcia e D'Ângelo (2019) já apontaram que os profissionais do socioeducativo utilizavam dos discursos morais e culturais de força masculina e genitálias para criar mecanismos de exclusão aos adolescentes trans em privação de liberdade. Não diferente, observa-se nos trechos a seguir profissionais defendendo a lógica inerente de sexo/gênero a partir da genitália e orientando que outras adolescentes tenham cautela com adolescentes trans.

Eu não sou a favor, eu acho que em relação a parte da medida socioeducativa, quem nasceu com pipi vai pra masculina, quem nasceu com xoxotinha vai pra feminina. (...) Então, eu acho tremendamente absurdo. (Profissional 2)

A funcionária falou assim “se eu fosse você, eu ficava longe porque você sabe que ela não é uma mulher, não discriminando, mas cê sabe que ela não é uma mulher e se ela te pegar, até a gente conseguir tirar ela de você, vai ser difícil, então não provoca, nem olha pra cara dela”. (Vanessa)

Louro (2013, p. 15) discorre sobre as imposições atribuídas ao corpo feminino e ao corpo masculino a partir da cultura, saúde, vaidade, força, entre outros elementos que são atribuídos, de maneiras diferentes aos corpos de homens ou de mulheres, bem como Bento (2012) discorre sobre a expectativa de padrões de mulheres e homens trans, a partir da lógica de que “mulheres transexuais implementem o padrão de mulher passiva, emotiva e frágil e homens transexuais sejam ativos, racionais e competitivos, como é idealizado as mulheres e homens cisgênero” (p. 21). As falas acima reforçam isso, assim como a *Profissional 02* associa os maiores problemas aos adolescentes trans, como exposto abaixo:

Os maiores problemas que a gente teve foram com trans, são mais rebeldes. (...) São mais arrogantes, são mais difíceis de você colocar as devidas regras. Nós tivemos acho que um ou dois que não deu problema nenhum, mas a maioria, inclusive tem uma aqui que é insuportável e se acham que tem todos os direitos do mundo. (Profissional 2)

As experiências de adolescentes trans na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga são permeadas por desconforto e violações, conforme relatam *Hanna e Melanie*.

Todas têm o mesmo tratamento, só que assim, tem momentos que alguns funcionários meio que confundem, sabe? Acho que por conta da convivência acaba soltando um ele sem querer, um ela sem querer, só que aí depois eles pedem desculpa e falam que é falta de hábito, de costume. (Hanna)

Aqui não vou falar que é bom porque não é bom... aqui tem muitos funcionários que tem preconceito, tem uns que me chamam pelo nome morto, chama por ele e não por ela, e tipo, eu não ligo, não vou ficar brigando por isso mas eu sei que é na safadeza... tirando isso aí é bom, mas ao mesmo tempo ruim porque tem vezes que eu quero sair daqui, quero sumir porque é muito opressão aqui. O que me incomoda são os funcionários. (...) Acho importante ter mais respeito comigo, com a minha pessoa. [essas coisas] não acontecem com as outras meninas, só com as trans. (Melanie)

Isso está associado aos mecanismos de combate ao gênero, presente no contexto de Estado capitalista, reprodutor da lógica cis-heteronormativa, responsável por reforçar o patriarcado e o binarismo de gênero. Butler (2024) analisa esse combate do seguinte modo:

O combate ao “gênero” como um constructo social demoníaco culmina em políticas que tentam privar as pessoas de seus direitos legais e sociais, ou seja, de uma existência nos termos que elas estabeleceram para si mesmas legitimamente. Retirar direitos das pessoas em nome da moralidade ou da nação ou de um sonho erótico prático faz parte de uma lógica mais abrangente, amplificada pelo nacionalismo autoritário. (...) Mas não importa o quanto as forças autoritárias tentem, intencionalmente, restringir as liberdades, é inegável o fato de que as categorias “mulher” e “homem” mudam histórica e contextualmente. Novas formas de gênero fazem parte da história e da realidade. Ignorá-las ou tentar proibi-las é um esforço inútil para negar uma complexidade viva que certamente não desaparecerá nos próximos anos. (Butler, 2024, p. 21-22)

Portanto, observa-se que a Fundação CASA Chiquinha Gonzaga atende adolescentes dissidentes mas constantemente questiona as novas formas de gênero. Respondendo a pergunta do subitem, o direito das adolescentes trans é garantido ao serem encaminhadas para uma unidade majoritariamente feminina, entretanto, as constantes situações de transfobia praticadas por outras adolescentes e pelas profissionais viola e fere os direitos desse público. Esse caráter contraditório reforça a necessidade de formações continuadas aos profissionais do atendimento socioeducativo para que rompam com a transfobia e passem a acolher as diversidades de gênero previstas no SINASE (2012).

III) Sexualidades: do portão para fora

Na Fundação CASA Chiquinha Gonzaga, há uma represália à sexualidade, justificada a partir de se tratar de um espaço socioeducativo e que possíveis relações podem interferir no cumprimento da medida socioeducativa. Isso se apresenta no discurso de adolescentes ao serem questionados sobre possíveis relações afetivas na Unidade.

Não, não pode, é proibido, né, mas às vezes a gente quebra as regras aqui mas aí já parei disso também porque isso estava me prejudicando. (...) É difícil se relacionar aqui dentro, parece mais aquele namoro de escola, sabe? Só conversa... (Morena)

As meninas querem se amigar né, uma quer pegar a outra, e fazer o cabaré, e assim, não pode, aí elas acabam afetando a casa e elas mesmo com relacionamentos amorosos. (...) Não pode [beijar, namorar, toque físico], é o básico do básico. Se eles [profissionais] desconfiam, tem sanção. (Vanessa)

Se quer alguma coisa, é do portão pra fora, sabe? (Luana)

Não prejudicando a medida socioeducativa, você faz o que quiser lá fora porque aqui a gente tem que honrar com os compromissos que são: relacionamentos é proibido, independente se eu sou mulher que gosta de mulher, mulher que gosta de homem, não pode. Então, acho que é só o comprometimento mesmo da medida. É regra interna, não pode. Lá fora você é outra coisa, você pode se relacionar com o que você quiser, aqui dentro eu acredito que não faz muito sentido né porque aí começa namorar uma, aí a outra fica morrendo porque namora a outra, imagina o inferno que ia ser isso aqui. (Jade)

Não diferente, as profissionais têm o mesmo discurso:

Até muitas meninas que se relacionavam com meninos, tinham namorado, tudo, aqui desenvolvem relações homoafetivas, então, isso tudo que eu to querendo dizer é nessa questão da passionalidade do feminino e o manejo disso, bom as emoções sempre muito à flor da pele, num lugar de contenção porque aqui tem controle, tem controle pra você ir no banheiro, em um dado horário você tem que ir no banheiro, se você não for nesse horário, vai ter que esperar o próximo horário de ir ao banheiro, pra tudo... e isso gera um estresse, né? (Profissional 03)

A questão da homossexualidade no feminino aflora nessas meninas por conta da ociosidade e a carência, óbvio, e aí as relações homoafetivas são comuns.. (...) aí a gente tenta coagir, coibir um pouco, porque senão, não é igual na cadeia que elas estão na mesma cela, dorme junto, fica junto... (...) Aí vai se vinculando, a medida fica em segundo plano, vira um trabalho... (Profissional 04)

Isso reforça a descredibilidade da sexualidade dissidente, entendida enquanto “um fenômeno associado ao micro contexto de desenvolvimento da unidade de internação, o qual caracteriza-se como altamente punitivo, fazendo com que o relacionamento amoroso se configure como suporte emocional em um contexto de desamparo” (Souza; Lordello; Murta, 2022, p. 225-226).

Souza e Souza (2022) em pesquisa de campo também já alertavam do controle e vigilância da sexualidade feminina, o que está diretamente associado à lógica de controle dos corpos femininos, em todas as esferas. Bento (2012) analisa que os corpos lésbicos são considerados corpos incompletos dentro da sociedade capitalista, já que não respondem a heterossexualidade e seus desdobramentos.

Diante disso, as profissionais utilizam dos poderes discursivos para reprimir a sexualidade dos adolescentes em privação de liberdade, associando o livre exercício da sexualidade a prejuízos na medida socioeducativa e a carência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “CASA de oportunidades” assume um caráter paradoxal em dois momentos: I) com a liberdade privada, os direitos básicos passam a existir na vida dos adolescentes; II) ao mesmo tempo que pune fenômenos dissidentes, respalda as identidades de gênero dos adolescentes trans em privação de liberdade.

Portanto, é fundamental que o sistema socioeducativo avance o debate das dissidências de gênero, através de espaços formativos para os profissionais e promoção de atividades que valorizem a diversidade de gênero e sexualidade na Unidade socioeducativa privativa de liberdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Douglas Vasconcelos. Medida de internação: socioeducação ou tortura? **DIVERSITAS JOURNAL**, vol. 3, n. 3. Santana do Ipanema/AL, p.623-641, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/diversitas_journal. Acesso em: 10 ago. 2026.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 25 ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “Casa de Bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14686>. Acesso em: 15 ago. 2026.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, Lara Percilio; SANTOS, Altair José dos. Sexualidade de adolescentes na unidade socioeducativa de internação: pulsões e interseções. **Revista Polis e Psique**, v. 12, p. 188–210, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/108522>. Acesso em: 16 ago. de 2024

SOUZA, William Gualberto Gonçalves de; LORDELLO, Silvia Renata Magalhães; MURTA, Sheila Giardini. “Eu quero um amor”: violência no namoro e medida socioeducativa. **Revista Polis e Psique**, v. 12, p. 211-238, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/112387>. Acesso em: 15 ago. 2026.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Repositório Institucional UNIFESP e pode ser acessado em <https://repositorio.unifesp.br/items/c1d58e7f-a969-4a61-9032-276df37640de>

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Isadora Campanha Pelai: Redação
Joana das Flores Duarte: Supervisão

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

As/os autoras/es declaram que não houve uso de inteligência artificial.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Isadora Campanha Pelai: Assistente Social formada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais na mesma instituição.

Joana das Flores Duarte: Professora da Universidade Federal de São Paulo e colaboradora no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina PROLAM/USP. Integra as redes CLACSO, CLAA e AUGM.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.